

EM DEBATE

OPINIÃO PÚBLICA E CONJUNTURA POLÍTICA

Um Periódico do Grupo de Pesquisa "Opinião Pública:
Marketing Político e Comportamento Eleitoral"

Ano 2 - N. 10
Outubro de 2010
ISSN: 2176-4883



DOSSIÊ

O PRIMEIRO RECADO DAS URNAS: LEGISLATIVO, GOVERNO E AGENDA DE CAMPANHA

Paolo Ricci
Fernando Guarnieri
Maurício Michel Rebello
André Borges
Glauco Silva
Alan Freire de Lacerda
Heloísa Dias Bezerra

Opinião

Eduardo Meira Zauli

Resenha

Moritz Lohe



GRUPO DE PESQUISA OPINIÃO PÚBLICA: MARKETING POLÍTICO E COMPORTAMENTO ELEITORAL

Em Debate

Periódico de Opinião Pública e Conjuntura Política

Missão

Publicar artigos e ensaios que debatam a conjuntura política e temas das áreas de opinião pública, marketing político, comportamento eleitoral e partidos.

Coordenação:

Helcimara de Souza Telles, UFMG

Conselho Editorial

Antônio Lavareda – IPESPE

Aquilles Magide – UFPE

Cloves Luiz Pereira Oliveira – UEFS

Dalmir Francisco - UFMG

Denise Paiva Ferreira - UFG

Gustavo Venturi Júnior - USP

Helcimara de Souza Telles - UFMG

Heloisa Dias Bezerra - UFG

Julian Borba - UFSC

Luciana Fernandes Veiga – UFPR

Luiz Ademir de Oliveira - UFSJ

Luiz Cláudio Lourenço - UFBA

Malco Braga Camargos, - PUC-MINAS

Marcus Faria Figueiredo – IUPERJ

Mathieu Turgeon - UnB

Rubens de Toledo Júnior – UFBA

Silvana Krause – UFG

Yan de Souza Carreirão - UFPR

Jornalista Responsável

Carlos Eduardo Morais Freitas

Equipe Técnica:

Aline Burni Pereira Gomes

Bruna Braga de Noronha

Hugo Mateus Gonçalves Rocha

Paulo Victor Teixeira Pereira de Melo

Endereço

Universidade Federal de Minas Gerais

Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas

Departamento de Ciência Política – DCP

Av. Antônio Carlos, 6.627 - Belo Horizonte

Minas Gerais – Brasil - 30850-021

+ (55) 31 3409 5007

Email: marketing-politico@uol.com.br

Parceria

Instituto de Pesquisas Sociais, Políticas
e Econômicas – IPESPE

As opiniões expressas nos artigos são de
inteira responsabilidade dos autores.

EM DEBATE

Periódico de Opinião Pública e Conjuntura Política
Ano II, Número X, Outubro de 2010

SUMÁRIO

Editorial	4-6
Dossiê: “O primeiro recado das urnas: legislativo, governo e agenda de campanha”	
• Eleições 2010: a aparente fraqueza dos partidos políticos brasileiros Fernando Guarnieri e Paolo Ricci	7-12
• O congresso na era Lula Maurício Michel Rebello	13-20
• Federalismo, eleições estaduais e competição vertical no Brasil: revistando velhas hipóteses sobre o poder dos governadores André Borges	21-26
• Presidencialismo de coalizão: desafios conhecidos para o próximo presidente Glauco Silva	27-30
• Uma eleição sem notícias? A vitória do DEM no RN em 2010 Alan Daniel Freire de Lacerda	31-36
• O Brasil que saiu das urnas sobreviverá às interrogações? Heloísa Dias Bezerra	37-41
Opinião	
• Brasil 2011: autoridade legislativa plena aos vencedores? Eduardo Meira Zauli	42-47
Resenha	
• Dos sindicatos ao governo: a organização nacional do PT de 1980 a 2005 Moritz Lohe	48-50
Colaboradores desta edição	51-52

EDITORIAL

O primeiro recado das urnas

O primeiro turno das eleições de 2010, ocorrido em 03 de outubro, foi, em certa medida, surpreendente. As pesquisas de opinião não captaram alguns dos resultados que foram constatados com a contagem dos votos, tanto na esfera nacional como na estadual, a exemplo da repercussão de Marina Silva (PV), candidata à presidência que teve quase 20 milhões de eleitores. Outro caso foi a diferença de quase o dobro do número de votos direcionados ao sucessor governista Antonio Anastasia (PSDB) em Minas Gerais frente ao seu opositor, Hélio Costa (PMDB): as pesquisas mostravam diferenças menores. O que explicaria essa mudança do cenário retratado pelas sondagens? Seria o impacto da campanha nos últimos dias antes do pleito? Seria a oscilação dos eleitores? Mudanças de estratégias por parte dos partidos e candidatos?

Ademais, a possibilidade de Dilma Rousseff (PT) ser eleita já no primeiro turno, demonstrada pelas sondagens, não foi concretizada. Muitos especialistas, políticos e militantes não estavam, inclusive, preparados para um segundo turno. O adiamento da decisão para Presidente foi possibilitado pelo fenômeno *marineiro*, rearticulando a campanha do PT e do PSDB, no segundo turno.

A poucos dias da decisão final, o Em Debate aborda o primeiro retrato que saiu das urnas e a configuração das forças parlamentares e de alguns governos estaduais. Na dimensão presidencial, trazemos as discussões a respeito das campanhas, colocando em questionamento quais serão os rumos do país e da política brasileira, assim como seus desafios, considerando que vivemos um momento histórico muito particular, em que novos valores político-sociais emergem e têm a possibilidade de se afirmarem nas urnas.

Paolo Ricci, professor da Universidade de São Paulo, e Fernando Guarnieri, do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento, escrevem sobre a aparente fraqueza dos partidos políticos no Brasil, uma idéia inferida a partir da forte personalização das campanhas eleitorais. Os autores argumentam, no entanto, que a articulação pré-eleitoral das organizações partidárias, em termos

da formação de alianças e negociações políticas, é decisiva para as eleições, não sendo por acaso a polarização PT / PSDB na disputa pela presidência.

Maurício Michel Rebello, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, descreve a mudança nas forças que atuam dentro do Congresso, a partir de uma análise da composição do Legislativo Federal nas eleições de 2002 a 2010. O autor demonstra que houve uma perda da oposição, em termos do número de cadeiras ocupadas, e um ganho da base aliada ao PT nos últimos governos. Mas, ambas foram menos intensas do que se previa e o próximo Presidente eleito continuará no desafio de realizar alianças de governo.

A partir da abordagem do aspecto federalista brasileiro, o professor da Universidade de Brasília, André Borges, revê antigas hipóteses sobre os poderes locais dos governadores. Ao analisar a disposição das forças estaduais em consonância com as eleições presidenciais, constata que o sistema político brasileiro tem sofrido mudanças nesse sentido, verificadas na intensificação dos efeitos da competição vertical sobre os processos eleitorais.

Glauco Silva, da Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado, escreve sobre os desafios que o próximo Presidente eleito enfrentará em seu mandato, os quais se referem, principalmente, ao próprio funcionamento do sistema político brasileiro, que requer a formação de coalizões.

Alan Freire de Lacerda, professor da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, estuda o momento eleitoral de 2010 no mesmo Estado, descrevendo as disputas para o Senado e para o executivo do Rio Grande do Norte. Avalia que os resultados apontam para o fim de um ciclo político iniciado em 2002 e um realinhamento da situação política local.

O texto de Heloísa Dias Bezerra, em tom mais crítico, questiona os rumos do Brasil após as eleições de 2010, levando em conta os caminhos tomados pelas retóricas de campanhas e as configurações políticas que o país presencia. A professora da Universidade Federal de Goiás retoma, ainda, as questões de gênero – pouco evidenciadas no cenário político brasileiro – e o papel da mídia, de caráter concentrado, que impacta nas decisões do eleitor.

Na seção *Opinião*, Eduardo Meira Zauli, professor da Universidade Federal de Minas Gerais, discute a possibilidade de convocação de uma Constituinte exclusiva dentro dos próximos anos. A seu ver, os eleitos em 2011, independente de quais forem e com quais resultados, não devem ter

autoridade legislativa plena. A Constituição brasileira de 1988, tomada como pouco flexível, sofreu muitas modificações em um pequeno intervalo de tempo, o que mostra que as restrições para essas mudanças não têm sido eficientes. Dessa forma, o especialista sugere novas formas de promover decisões acerca de emendas constitucionais, visto as particularidades do modelo brasileiro.

A seção *Resenha*, redigida pelo mestre em Ciência Política pela Freie Universität Berlin, Moritz Lohe, aborda o livro de Pedro Floriano Ribeiro, publicado em 2010, cujo título é “Dos sindicatos ao governo: a organização nacional do PT de 1980 a 2005”. A obra desenvolve os pressupostos elaborados por Richard Katz e Peter Mair em relação aos partidos cartéis, aqueles em que as políticas partidárias são determinadas pelos detentores de cargos públicos e os quais se tornam mais dependentes dos recursos financeiros de origem estatal, aplicando essas constatações ao partido em estudo.

ELEIÇÕES 2010: A APARENTE FRAQUEZA DOS PARTIDOS POLÍTICOS BRASILEIROS

The apparent weakness of the brazilian political parties

Fernando Guarnieri

Centro Brasileiro de Análise e Planejamento - CEBRAP

✉ fhguarnieri@gmail.com

Paolo Ricci

Universidade de São Paulo - USP

✉ paolo.ricci@terra.com.br

Qual o papel dos partidos políticos durante as eleições no Brasil? A resposta a esta pergunta não parece ser difícil, pelo menos de imediato. Folheando qualquer jornal popular ou uma simples revista de divulgação, qualquer leitor, também o mais atento e interessado ao tema, poderia facilmente concluir que os partidos são organizações que pouco importam. A campanha eleitoral atual confirmaria esse quadro. Tende a prevalecer a figura do candidato individual, mero caçador de votos que, inclusive, dada a estrutura dos incentivos eleitorais, concorre sozinho contra políticos do mesmo partido. Entre quem faz do estudo da política sua profissão habitual – como cientistas políticos, sociólogos e outras categorias do mundo acadêmico - não se chega a desenhar um quadro alternativo. Afirma-se que, ainda hoje, após mais de vinte anos de democracia representativa, os partidos brasileiros pouco representam clivagens sociais claras ou, ainda menos, caracterizam-se por uma ideologia que, nos moldes dos partidos europeus, permita a identificação do eleitor com o partido ao invés de ressaltar a “qualidade” individual de cada candidato.

Esse quadro é dominante, mas, a nosso entender, certamente equivocado. O equívoco – do jornalista, do leitor atento, tanto quando do próprio especialista – nasce da incompreensão sobre como atuam os partidos no âmbito eleitoral. Para melhor elucidar esse ponto, aqui importa fazer uma reflexão sobre o papel dos partidos no âmbito pré-eleitoral, levando em conta o jogo das candidaturas e das alianças políticas. Vamos partir do recente quadro que resultou das eleições de 2010. No dia 03 de outubro, milhões de eleitores brasileiros compareceram aos seus locais de votação para escolher o sucessor do presidente Lula, do PT, que governou o Brasil por mais de sete anos com grande aprovação popular (cerca de 80%). O resultado do primeiro turno mostrou a candidata do presidente, Dilma Rousseff, em primeiro lugar, com 46% dos votos válidos. José Serra, do principal partido de oposição, o PSDB, chegou a segundo lugar, com 32%. Apesar de a mídia ter dado destaque à votação de Marina Silva, candidata do PV, que obteve cerca de 20% dos votos válidos, os candidatos à presidência do PT e PSDB concentraram perto de 80% do eleitorado.

O mais interessante a ser observado é que essa concentração de cerca de 80% dos votos no PT e PSDB não é novidade e de fato vem ocorrendo sistematicamente, em maior ou menor grau, nas últimas quatro eleições. Se em 1989 PT e PSDB somavam apenas 28,7% dos votos no primeiro turno, já na eleição de 1994 o percentual era de 81,3%. Na de 1998, o percentual passou a 84,9%, em 2002 para 69,6%, subindo novamente em 2006 (90,3%) e 2010 (78,6%). Seria esse resultado fruto do acaso? Ou, ainda, deveríamos entender que tudo depende de candidaturas individuais? Mais do que mostrar que uma “terceira via” tem pouco espaço na política brasileira, essa preponderância do PT e PSDB mostra a capacidade destes partidos em “fechar” o mercado eleitoral na corrida presidencial. Os dois principais partidos brasileiros concentram mais de 2/3 do eleitorado porque costumam alianças eleitorais que impedem ou tornam inviável eleitoralmente que outros partidos grandes lancem candidatos à presidência. De fato, se considerarmos como grandes os partidos com mais de um milhão de filiados, o número total de candidatos à presidência se estabiliza em torno de oito. Em 1989, todos os sete grandes partidos lançam candidatos. Em 1994, apenas quatro destes partidos participam da disputa. Depois de 1994, em apenas uma ocasião um destes partidos lança um candidato. No período entre 1994 e 2010, o PMDB, maior partido brasileiro em número de filiados, só lançou candidato próprio uma vez. O PDT,

quinto maior partido, tentou a presidência em duas ocasiões. Os outros partidos que possuem mais de um milhão de filiados, PP, PFL/DEM, e PTB não lançaram candidato próprio em nenhuma das eleições neste período.

Portanto, grande parte do sucesso eleitoral do PT e do PSDB se deve ao que, no jargão da ciência política, denominamos de coordenação pré-eleitoral. As lideranças dos partidos políticos calculam a relação entre o custo de lançar uma candidatura própria e o benefício da vitória ponderado pela chance de vencer a eleição. Se a chance de vitória for suficientemente grande para que os benefícios de lançar um candidato superem os custos de uma candidatura, o partido participará da disputa. Se a chance de vitória for remota, as lideranças tenderão a apoiar outro partido que apresente propostas parecidas com as suas e que tenha maior probabilidade de vitória. Como se vê, aqui é o partido – via lideranças partidárias – que decide sobre quem serão as candidaturas a serem lançadas.

Os partidos que abrem mão de uma candidatura à presidência geralmente negociam apoio a candidatos em outros pleitos como nas eleições para governador e para senador. Nas eleições de 2010, o PT apoiou o candidato a governador do PMDB em vários estados, inclusive em estados onde havia grande chance real de vitória, como Minas Gerais. O PSDB, por sua vez, desde que se aliou ao PFL/DEM, não lança candidatos ao governo de estados tradicionalmente dominados por este partido.

A coordenação pré-eleitoral, por definição, ocorre antes do começo da campanha eleitoral propriamente dita e se concretiza no período das convenções partidárias. Não é à toa a atenção que a mídia dá a estas convenções, já que neste momento, devido à ação de uma ínfima parcela de cidadãos - mais precisamente devido à ação dos filiados a partidos políticos -, o leque das opções dos eleitores é reduzido drasticamente. As opções de candidatos que chegam ao eleitor são decididas nas convenções partidárias e não no momento eleitoral, no ato do voto.

A questão central é, portanto, tentar entender como funcionam as convenções partidárias. A convenção é o principal órgão deliberativo de qualquer partido político. Cabe à convenção escolher os dirigentes partidários e os candidatos do partido ao Executivo e ao Legislativo. A convenção nacional escolhe os candidatos à presidência e à vice-presidência da República e as convenções regionais

e municipais escolhem os candidatos ao Executivo e Legislativo em seu nível de atuação. Consideremos aqui a eleição para Presidente da República. Participam da convenção nacional os delegados de todos os estados. Estes delegados, escolhidos nas convenções estaduais, votam em chapas de pré-candidatos aos cargos em jogo. A chapa que obtiver o maior número de votos será a chapa oficial do partido às eleições. No caso das alianças, ocorre a mesma coisa: são os convencionais que decidem se haverá aliança ou não.

Esse modo formal segundo o qual os partidos organizam suas convenções faz com que quem controla o maior número de delegados às convenções tenha mais força dentro do partido. Como os delegados são escolhidos nos níveis regionais, muitos especialistas concluíram que forças políticas regionais teriam maior controle sobre seus delegados e os partidos seriam verdadeiras federações, sem um comando central. Nesse raciocínio, o fantasma do regionalismo como determinante da competição política nacional é freqüentemente lembrado. No caso, as lideranças partidárias nacionais teriam jogo difícil em controlar os interesses regionais defendidos por verdadeiros “caciques” políticos locais. Entretanto, na prática, as lideranças têm um recurso normativo que poucos reconhecem e que permite o mais absoluto controle sobre a formação das listas. Trata-se do Instituto das Comissões Provisórias, criado pela Lei Orgânica dos Partidos de 1971, a mesma legislação que criou as bancadas partidárias. Quando um partido surge, conforme a legislação, ele tem um ano para conseguir um número mínimo de filiados que permita a realização de convenções e a constituição de diretórios em pelo menos nove estados. Durante este período, todo partido se constitui com comissões executivas provisórias em todos os níveis em que se faz presente. O nível mais alto nomeia as comissões provisórias dos níveis inferiores. Depois de um ano, se o partido conseguiu um número mínimo de filiados em uma localidade, a comissão provisória deve convocar as primeiras convenções que irão formar o partido. Essas convenções irão criar os diretórios de caráter permanente. Uma vez formado o partido, as próximas convenções serão convocadas pelos diretórios constituídos.

Assim, na origem do partido temos uma situação precária e pouco institucionalizada, na qual quem determina as regras e escolhe os dirigentes é uma pequena parcela de pessoas que forma a Comissão Provisória Executiva Nacional (CPEN). Teoricamente, passado um ano, o partido entraria em sua forma

organizada com chapas concorrendo pelo voto de membros das convenções partidárias e essas convenções decidindo quem serão os futuros dirigentes; a não ser naquelas localidades onde não haveria um número mínimo de filiados.

Dados recentes mostram que, porém, a grande parte dos partidos ainda funciona como se estivesse no momento de origem, isto é, ainda se constituem, em grande parte, como comissões provisórias. É possível distinguir três tipos de partidos: I) partidos onde há um terço ou menos de comissões provisórias e que poderíamos considerar como partidos organizados (PT, PMDB, PSDB); II) partidos onde o número de comissões provisórias se aproxima do número de diretórios permanentes e que, portanto, consideraríamos como de organização mista (PP, PDT e DEM); III) partidos quase totalmente dominados por comissões provisórias, que iremos considerar partidos não organizados (PTB). As implicações disto para o controle partidário são claras: como são os dirigentes partidários que escolhem os membros das comissões provisórias, são eles também que escolhem os delegados às convenções. Quando as comissões provisórias formam parte significativa dos órgãos partidários, esses dirigentes possuem grande controle sobre as convenções, pois controlam parte significativa dos votos. Isso tem efeito direto sobre a política das alianças e a seleção dos candidatos, já que a grande quantidade de comissões provisórias garante o poder das lideranças sobre os partidos e facilita a construção de alianças. Isso explicaria o observado anteriormente para a evolução das candidaturas à presidência da república. Quanto mais comissões provisórias, maior a probabilidade de os dirigentes partidários estabelecerem coordenação pré-eleitoral e apoiar o candidato de outro partido. Nos partidos onde existem poucas comissões provisórias e as lideranças têm que dividir o poder com forças locais (caso típico do PMDB), as convenções acabam divididas e a probabilidade de se estabelecer alianças é menor. No caso do PT e PSDB, que são os partidos com mais diretórios fixos, a decisão de lançar candidatos se dá em virtude da coordenação interna, dada a alta chance de seus candidatos de vencer a eleição presidencial.

Em síntese, a despeito das características do sistema eleitoral, que promove a competição entre indivíduos, a vida partidária dos partidos brasileiros é elevada e mostra a capacidade de as lideranças políticas controlarem a dinâmica no momento pré-eleitoral. Esse quadro foi apresentado tratando das eleições presidenciais, mas pode, certamente, ser expandido para os demais níveis majoritários e proporcional.

O quadro, apenas descrito, talvez tenha deixado o leitor (e o especialista) um pouco inconformado com a realidade que enfrentamos no dia-a-dia da política brasileira.

De fato, não há como desconhecer o baixo nível de credibilidade que têm nossos partidos políticos na opinião pública. Os freqüentes escândalos e vários “mensalões” que perpassam a vida da maioria dos partidos ou, ainda, as vitórias dos “Tiriricas”, que a mídia (nacional e estrangeira) gosta de destacar, são alguns exemplos que poderiam lembrar o quadro inicialmente descrito no texto: partidos fracos, reféns de candidaturas pessoais. Entretanto, é preciso ir além dessa versão. Pelo menos deveria ser essa a tarefa do especialista. Reconhecer a força dos partidos – considerando a capacidade de se estruturarem na fase pré-eleitoral - não significa afirmar que deveríamos, necessariamente, estar satisfeitos com o quadro partidário brasileiro. Essa é outra questão. Antes de refletir sobre as razões relativas à baixa confiança que têm os partidos na sociedade brasileira ou, ainda, de criticá-los por ser pouco representativos, o analista deveria inicialmente compreender como de fato eles funcionam. Pouco se fez até agora nesse sentido e a causa principal disso repousa na perspectiva dominante – na mídia, na sociedade, no próprio mundo acadêmico - que assume que os partidos pouco importam dada a enorme influência que individualmente têm os políticos. O desafio para a academia está posto nestes termos: após a descoberta da força dos partidos na arena parlamentar, mostrando níveis elevados de disciplina partidária e de coordenação parlamentar, tratar-se-ia de passar a estudar a dinâmica partidária na arena eleitoral. A nosso entender, essa é a única forma para contribuir no que se refere ao fortalecimento da democracia representativa brasileira.

O CONGRESSO NA ERA LULA

The Congress on Lula's age

Maurício Michel Rebello

Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS

✉ mmrebello@yahoo.com.br

A realização do pleito eleitoral de 2010 demonstrou, entre muitas coisas, uma mudança nas forças que atuam dentro do Congresso (Câmara dos Deputados e Senado). Alguns “analistas” políticos e parte da sociedade política (a oposição), antes da eleição de 03 de outubro, estavam temerosos com um eventual sucesso dos partidos da base aliada do governo Lula. De fato, houve perdas significativas para a oposição, entretanto, esta perda não chegou a ser tão forte, como esperavam alguns analistas e políticos¹.

Neste artigo, ficaremos restritos a analisar somente a Câmara dos Deputados e o Senado entre as eleições de 2002 e 2010, que marcam o período do governo Lula. Assim sendo, pretendemos avaliar se houve mudanças significativas no sistema partidário brasileiro. A seguir, a tabela 1 demonstra como ficou a correlação de forças neste período entre os nove partidos mais relevantes.

¹ Importante salientar o número de governos do estado comandados pelo DEM e PSDB. Este último é o partido que possui o maior número de pessoas governadas nos estados. Em Debate, Belo Horizonte, v.2, n.10, p. 13-20, out. 2010.

MAURÍCIO MICHEL REBELLO
O CONGRESSO NA ERA LULA

Tabela 1. Bancadas dos principais partidos entre 2002-2010 nas eleições da Câmara dos Deputados e Senado²

<i>Partidos</i>	<i>Ano 2002</i>		<i>Ano 2006</i>		<i>Ano 2010</i>		Diferença 2002-2010	
	CD	Senado	CD	Senado	CD	Senado	CD	Senado
PT	18%	9%	16%	14%	17%	17%	-1%	+8%
	(91)	(7)	(83)	(11)	(88)	(14)	(3)	(7)
PMDB	15%	30%	17%	30%	15%	25%	+1%	-5%
	(75)	(24)	(89)	(24)	(79)	(20)	(4)	(4)
PSDB	14%	20%	13%	17%	10%	14%	-4%	-6%
	(70)	(16)	(66)	(14)	(53)	(11)	(17)	(5)
DEM	16%	20%	13%	15%	8%	7%	-8%	-14%
	(84)	(17)	(65)	(12)	(43)	(6)	(41)	(11)
PP	10%	1%	8%	-	8%	6%	-2%	+5%
	(49)	(1)	(41)		(41)	(5)	(8)	(4)
PR	6%	1%	6%	5%	8%	5%	+2%	+4%
	(32)	(1)	(30)	(4)	(41)	(4)	(9)	(3)
PTB	5%	6%	4%	6%	4%	7%	-1%	+1%
	(26)	(5)	(22)	(5)	(21)	(6)	(5)	(1)
PDT	4%	5%	5%	5%	5%	5%	+1%	-
	(21)	(4)	(24)	(4)	(28)	(4)	(7)	
PSB	4%	4%	5%	2%	7%	4%	+3%	-
	(22)	(3)	(27)	(2)	(34)	(3)	(12)	
Outros	8%	4%	13%	6%	17%	10%	+9%	+6%
	(43)	(3)	(66)	(5)	(85)	(8)	(42)	(5)
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%	(148)	(40)
	(513)	(81)	(513)	(81)	(513)	(81)		

Fonte: TSE; Portal do Senado; Portal da Câmara dos Deputados. Dados processados pelo autor.

² Observações: PP era PPB. DEM era PFL. PR nasceu a partir da fusão do PL + PRONA + PT do B (assim, foram consideradas as bancadas dos três partidos na eleição de 2002 e 2006). Foram considerados para tabela somente os partidos que alcançaram 3% da CD em todas as três eleições. Na eleição de 2010, houve um intenso debate sobre aplicação, pelo STF, da Lei intitulada Ficha Limpa, desse modo, algumas mudanças nas bancadas podem ocorrer, contudo, elas serão pequenas e não alteram nossas conclusões.

É perceptível que o PT, embora tenha sido governo durante oito anos, não conseguiu aumentar sua bancada na Câmara dos Deputados. Já para o Senado, o PT obteve um acréscimo relevante, aumentando em 8% sua participação na Casa. Dentro desta perspectiva, a vitória para presidência da República em 2006 poderia ser considerada uma vitória do PT, ou uma vitória pessoal de Lula? Ainda que não tenhamos maiores evidências neste artigo, parece que a vitória coube mais a Lula, até porque o caso do “mensalão”, em 2005, contribuiu para a queda de identificação partidária dos eleitores com a legenda, já diagnosticada em outros estudos (Hunter, 2007).

O principal aliado (em termos numéricos) do governo Lula, o PMDB, manteve-se praticamente estável na Câmara dos Deputados. No Senado, perdeu um pouco de sua força, mas ainda continua sendo uma organização de vital importância, pois um em cada quatro senadores é da legenda. O PMDB continua sendo o principal partido de centro no espectro ideológico e uma agremiação necessária para a formação de coalizões. Embora boa parte da legenda tenha uma preferência de aliança com o PSDB, o PMDB é vice da presidenciável petista Dilma Rousseff e forma a coalizão governista desde 2004, quando começou a compor a equipe ministerial.

As organizações partidárias que fizeram oposição durante os dois mandatos do presidente Lula tiveram uma queda de sua participação em ambas as Casas. O PSDB perdeu 17 deputados federais e 5 senadores, tendo um razoável decréscimo na composição do Legislativo. Já o DEM, antigo PFL, foi a legenda que mais sofreu perdas ao longo das últimas legislaturas. Em 2002, o PFL detinha 16% da Câmara dos Deputados e 20% do Senado, em 2006 estes números passam para 13% e 15%, respectivamente, atingindo o pior nível em 2010, quando a legenda obteve somente 8% da Câmara e 7% do Senado.

Diferente do DEM, as outras legendas situadas à direita do espectro político PP, PR e PTB tiveram um desempenho satisfatório ou estável. O PP detinha 49 deputados federais em 2002 e somente um senador. Já em 2010, há uma diminuição de 8 deputados, mas um acréscimo de 4 senadores. O PR teve um bom crescimento, passando de 6% na Câmara dos Deputados em 2002 para 8% em 2010. No Senado houve um aumento de 3 senadores nos últimos 8 anos.

O PTB manteve-se praticamente estável, embora tenha perdido 5 deputados, ganhou 1 senador, comparativamente a 2002.

As outras legendas de esquerda, PDT e PSB, tiveram desempenho estável no Senado, a primeira com 4 senadores e a segunda com 3. Na Câmara, o PDT conquistou um pequeno acréscimo de deputados, já o PSB obteve um crescimento considerável, passando de 22 deputados em 2002 para 34 em 2010, sendo a legenda que teve maior variação positiva neste período.

A tabela 1 ainda mostra como há uma crescente fragmentação partidária em ambas as Casas. Os partidos pequenos eram 8% da Câmara dos Deputados e 4% do Senado em 2002, e passam, em 2010, para 17% e 10%, respectivamente. Como um todo, a tabela dá indicativos de que as bancadas de apoio ao governo tiveram um forte incremento. O PDT, que no primeiro governo Lula era oposição, no segundo mandato petista foi para o governo, aumentando ainda mais a força governista no Congresso, como pode ser observado na tabela a seguir.

Tabela 2. Base governista e oposição entre os principais partidos entre 2002-2010 na Câmara dos Deputados e Senado (PDT é oposição em 2002)³

<i>Situação</i>	<i>Ano 2002</i>		<i>Ano 2006</i>		<i>Ano 2010</i>		<i>Diferença 2002-2010</i>	
	CD	Senado	CD	Senado	CD	Senado	CD	Senado
Governo	58%	51%	62%	62%	65%	69%	+7%	+18%
	(295)	(41)	(316)	(50)	(332)	(56)	(37)	(15)
Oposição	34%	46%	26%	32%	19%	21%	-15%	-25%
	(175)	(37)	(131)	(26)	(96)	(17)	(79)	(20)
Outros	8%	4%	13%	6%	17%	10%	+9%	+6%
	(43)	(3)	(66)	(5)	(85)	(8)	(42)	(5)
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%	(158)	(40)
	(513)	(81)	(513)	(81)	(513)	(81)		

Fonte: TSE; Portal do Senado; Portal da Câmara dos Deputados. Dados processados pelo autor.

³ Foram considerados partidos de situação em 2002 aqueles que viriam a ter ministérios no primeiro mandato do governo Lula: PT, PMDB, PP, PR, PTB e PSB (Amorim Neto, 2007). O PDT teve uma participação rápida no primeiro governo Lula, sendo que no primeiro ano a legenda já tinha saído do governo. Nas eleições de 2006, os partidos governistas são os mesmos, com a inclusão do PDT como base de governo. Em 2010, optamos por considerar governo, os partidos que formaram a aliança governista nos últimos quatro anos. Em todas as eleições, o PSDB e o DEM foram considerados oposição.

Os primeiros anos do governo Lula foram difíceis em termos de aliados. No Senado, o governo detinha 51% da Casa (e isto incluindo o PMDB, que em 2003 não estava com o governo). Como emendas constitucionais necessitam de 60% (3/5) de *quorum* no Legislativo, é visível a dificuldade do Executivo. Na Câmara, ainda que a bancada governista tenha um resultado superior, ela não alcança os 60%. Uma observação importante é que analisar o tamanho da bancada partidária não é suficiente para conhecer como votam seus integrantes, uma vez que a disciplina partidária (votar de acordo com a orientação do líder do partido) não é perfeita. A literatura de ciência política possui diferentes visões a respeito do tema (Figueiredo e Limongi, 1999; Mainwaring, 2001; Ames, 2003; Grohmann, 2004).

Outro fator, igualmente importante, é a migração partidária intensa no primeiro governo Lula. Esta migração (que foi bastante restringida pelo Supremo Tribunal Federal - STF a partir de 2007) favoreceu enormemente a bancada de governo, principalmente em 2003 (Rebello, 2008). Assim, mesmo que tenha sido difícil para o governo obter uma disciplina partidária dos seus aliados, por outro lado, legendas oposicionistas não sustentaram uma grande coesão partidária e muito de seus quadros migraram para partidos da base aliada.

Nas eleições subseqüentes, há uma menor dependência do governo frente ao bloco oposicionista. Na Câmara, os deputados governistas formam 62% e 65% da Casa em 2006 e 2010 respectivamente. Já no Senado, a diferença é ainda mais marcante, na qual a base governista vai para 62% em 2006 e atualmente alcança 69%. Poder-se-ia dizer, então, que a suposição da oposição estava correta? Um eventual governo petista “esmagaria” a oposição, conseguindo a aprovação de tudo que for enviado ao plenário? A partir deste ponto, entra um aspecto essencial da coalizão do governo Lula, sua heterogeneidade ideológica, que engloba partidos de esquerda, centro e direita. A tabela a seguir mostra a força dos blocos ideológicos na era Lula.

Tabela 3. Blocos ideológicos dos principais partidos entre 2002-2010 na Câmara dos Deputados e Senado⁴

<i>Blocos ideológicos</i>	<i>Ano 2002</i>		<i>Ano 2006</i>		<i>Ano 2010</i>		<i>Diferença 2002-2010</i>	
	CD	Senado	CD	Senado	CD	Senado	CD	Senado
Direita	37%	30%	31%	26%	29%	26%	-9%	-4%
	(191)	(24)	(158)	(21)	(146)	(21)	(45)	(3)
Centro	28%	49%	30%	47%	26%	38%	-3%	-11%
	(145)	(40)	(155)	(38)	(132)	(31)	(13)	(9)
Esquerda	26%	17%	26%	21%	29%	26%	+3%	+9%
	(134)	(14)	(134)	(17)	(150)	(21)	(16)	(7)
Outros	8%	4%	13%	6%	17%	10%	+9%	+6%
	(43)	(3)	(66)	(5)	(85)	(8)	(42)	(5)
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%	(116)	(24)
	(513)	(81)	(513)	(81)	(513)	(81)		

Fonte: TSE; Portal do Senado; Portal da Câmara dos Deputados. Dados processados pelo autor.

Como pode ser observado na tabela, a esquerda, em 2002, era minoritária tanto na Câmara como no Senado, neste último, aliás, a esquerda detinha somente 17% dos membros. Organizações de direita eram fortes na Câmara e relevantes no Senado. O centro, que possuía 28% da Câmara, detinha metade do Senado, sendo ator indispensável para negociar.

Em 2006, a esquerda se mantém estável na Câmara e acresce pouco sua participação no Senado. A direita perde um pouco de sua força em ambas as Casas. O centro, por seu turno, segue praticamente estável no Legislativo. Na última eleição, a esquerda teve um ligeiro acréscimo na Câmara dos Deputados e um crescimento considerável no Senado. A direita perdeu um significativo número de deputados, mas manteve-se quase imutável no Senado em relação a 2002. O centro, em oposto à direita, manteve-se relativamente estável na Câmara e teve uma perda significativa no Senado.

⁴ Os partidos foram classificados conforme bibliografia corrente (Marenco, 2001; Rodrigues, 2002). Direita: DEM, PP, PR e PTB. Centro: PMDB e PSDB. Esquerda: PT, PDT e PSB.

Esta tabela indica que o governo Lula, do PT, não conseguiu, nestes últimos anos, aumentar a participação da esquerda no Legislativo a ponto de abdicar de uma negociação tanto com o centro como com a direita. Diferente do governo FHC, que se uniu em uma coalizão de centro-direita (PSDB, PMDB, PFL, PP e PTB), o governo Lula, incapacitado de unir o centro pela presença do seu principal adversário (PSDB), teve de negociar com organizações do outro lado do espectro ideológico do seu partido, como PTB e PP. O PL (atual PR) já estava presente na coligação presidencial vitoriosa na eleição de 2002. Destarte, a esquerda não teria como propor grandes reformas a partir de seu ponto ótimo, pois no interior da própria coalizão existem partidos que, muito provavelmente, não aprovariam reformas com o cunho muito à esquerda.

Se por um lado a formação de uma coalizão tão heterogênea do governo Lula causa déficits de *accountability*, impedindo um maior julgamento eleitoral pelo binômio governo-oposição, por outro, ela garante a representatividade de vários partidos e, com isso, atua no sentido de uma negociação democrática, com o diálogo entre vários atores políticos eleitos pelos cidadãos.

Quando escrevo este texto, são poucos os elementos capazes de prever, com certo grau de confiança, se a vitória das eleições será da candidata governista, Dilma Rousseff, ou se do candidato da oposição, José Serra. Porém, independente do resultado, o(a) presidente(a) eleito(a) terá a tarefa de buscar alianças para governar, até mesmo porque, como a tabela 3 demonstra, há um enorme equilíbrio das forças ideológicas no Congresso. E, só para lembrar: o último presidente que insistiu em fazer uma aliança minoritária, com pouco diálogo partidário, não terminou seu mandato.

Bibliografia sugerida:

- AMES, Barry. *Os entraves da democracia no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.
- AMORIM NETO, Octavio. O poder Executivo, centro de gravidade do Sistema Político Brasileiro. In: AVELAR, Lúcia e CINTRA, Antônio (Orgs.). *Sistema Político Brasileiro: uma introdução*. São Paulo: Editora UNESP, 2007.
- FIGUEIREDO, Argelina. e LIMONGI, Fernando. *Executivo e Legislativo na nova ordem constitucional*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.
- GROHMANN, Luís. Coalizões Presidenciais e Disciplina: efeitos dos quoruns de decisão no presidencialismo brasileiro (1946-1964/1990-2000). In: *4º Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política*, 2004.
- HUNTER, Wendy. Corrupção no Partido dos Trabalhadores: o dilema do “sistema”. In: NICOLAU, Jairo e POWER, Timothy. *Instituições representativas no Brasil: balanço e reforma*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

MAURÍCIO MICHEL REBELLO
O CONGRESSO NA ERA LULA

- MAINWARING, Scott. *Sistemas Partidários em novas democracias: o caso do Brasil*. Porto Alegre: Mercado Aberto, Rio de Janeiro: FGV, 2001.
- MARENCO, André. Sedimentação de lealdades partidárias no Brasil: tendências e descompassos. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n.45, vol.16, p. 69-83, 2001.
- MELO, Carlos. *Retirando as cadeiras do lugar: migração partidária na Câmara dos Deputados (1985-2002)*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.
- NICOLAU, Jairo. *Multipartidarismo e Democracia*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996.
- REBELLO, Maurício. A relação Executivo-Legislativo e a sua influência na migração partidária. In: *Democracia em Debate. Seminário Nacional de Ciência Política da UFRGS*, 2008.
- RODRIGUES, Leôncio. *Partidos, Ideologia e Composição Social: um estudo das bancadas partidárias na Câmara dos Deputados*. São Paulo: EDUSP, 2002.
- SANTOS, Fabiano. Em defesa do presidencialismo de coalizão. In: SOARES, Gláucio e RENNÓ, Lúcio (Orgs.). *Reforma Política: lições da história recente*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

FEDERALISMO, ELEIÇÕES ESTADUAIS E COMPETIÇÃO VERTICAL NO BRASIL: REVISTANDO VELHAS HIPÓTESES SOBRE O PODER DOS GOVERNADORES

*Federalism, state elections and vertical competition in Brazil: inspecting old possibilities
about the power of the governors*

André Borges

Universidade de Brasília – UNB

✉ andrebc@unb.br

No Brasil pós-democratização construiu-se um sistema político onde as instituições e interesses subnacionais desempenham papel substancial na dinâmica eleitoral e de formulação de políticas públicas. A Constituição de 1988 introduziu uma variante “robusta” de federalismo, em que os governos locais e, especialmente, estaduais, ganharam a capacidade de implementar um amplo leque de políticas sociais e econômicas, e ainda garantiram, sob diversas formas, a representação dos interesses subnacionais na arena política nacional. Alguns autores enfatizaram os efeitos perversos da descentralização política e fiscal, na medida em que esta teria contribuído para o fortalecimento de forças políticas de caráter oligárquico e paroquial (Abrucio, 1998; Ames, 2001; Hagopian, 1996).

Em particular, argumentou-se que o federalismo contribuiria para a baixa institucionalização do sistema partidário, em função da descentralização da organização partidária e da capacidade dos governadores e lideranças estaduais de insular as suas máquinas políticas das influências nacionais. É representativa desta perspectiva a hipótese de Samuels (2003) para quem a influência dos presidentes sobre as eleições legislativas nacionais seria pequena, dada a centralidade da política estadual e dos governadores na estruturação da carreira política dos deputados federais. Olhando a mesma questão sob outro prisma, Hagopian (1996) argumentou que no Brasil as redes clientelistas são criadas e controladas por chefes políticos estaduais e locais, à revelia de partidos e lideranças nacionais.

Isso obrigaria as elites nacionais a buscar o apoio de forças regionais oligárquicas na construção de coalizões eleitorais, situação esta que não teria se modificado nem mesmo durante o regime militar (1964-1985).

As questões colocadas por essa literatura dizem respeito, em boa medida, à interdependência entre centro e periferia em federações regionalmente desiguais como o Brasil – muito embora este seja um elemento ausente nas análises acima citadas. Neste trabalho, argumenta-se que os processos de competição/cooperação entre o governo federal e os governos estaduais fornecem a chave para entender importantes mudanças em curso no cenário eleitoral dos estados brasileiros. Não obstante a longevidade das estruturas de baixa competitividade eleitoral, especialmente nos estados mais pobres, há evidências de que o processo político estadual está se tornando cada vez mais competitivo e fragmentado, em paralelo à decadência dos antigos chefes políticos.

Competição vertical e mudança eleitoral nos estados brasileiros

Diversos trabalhos recentes identificaram uma clara tendência de crescimento dos partidos de esquerda em estados pobres e em bastiões tradicionais da direita. Para Montero (2009), estas mudanças no panorama eleitoral sinalizariam a decadência do “domínio conservador” no Norte e Nordeste, especialmente a partir da primeira eleição de Lula, em 2002. Com muitos anos de atraso, alguns dos estados destas regiões estariam finalmente experimentando verdadeira alternância de poder, dado o longo predomínio de grupos políticos criados (e fortalecidos) pelo regime autoritário. Utilizando outro recorte de análise, argumentei que o crescimento do PT e seus aliados foi mais significativo nos estados de baixa competitividade eleitoral, onde a esquerda até então possuía pequena penetração eleitoral fora das capitais e maiores cidades (Borges, 2010; Borges, 2007; Borges, 2011). O índice de “dominância eleitoral” utilizado nestes trabalhos possibilitou inferir que a renovação das forças políticas no Norte e Nordeste se deu de forma mais incisiva precisamente onde se esperaria uma maior resistência à mudança política¹.

O que as evidências indicam, portanto, é que a suposta capacidade dos governadores de manter férreo controle sobre bases políticas municipais,

¹ Sobre a operacionalização do índice, ver Borges (2007).

deputados e eleitores a partir da utilização intensiva de estratégias clientelistas (Ames, 2001; Abrucio, 1998; Hagopian, 1996) deve ser relativizada. A literatura comparativa sobre clientelismo argumentou, de forma convincente, que a capacidade dos *patrons* de extrair retornos eleitorais da distribuição estratégica de cargos e recursos públicos será maximizada apenas na hipótese destes estabelecerem controle de caráter monopolista ou quase-monopolista sobre os recursos desejados pelos clientes (Fox, 1994; Stokes, 2007; Stokes e Medina, 2002). Isto porque, numa situação em que vários chefes políticos competem pelo apoio dos eleitores, aumentam as oportunidades para o comportamento oportunista dos clientes (pois nenhum partido é capaz de monopolizar o acesso aos recursos).

Em países federais, os governos subnacionais precisam lidar não apenas com a ameaça da competição horizontal (entre partidos), mas também com a ameaça da competição vertical (entre esferas de governo). Em sistemas federais, como o brasileiro, o governo central e os governos subnacionais competem por um mesmo *pool* de eleitores ao ofertar serviços similares em um dado território. Isto é, ao buscar o apoio do eleitorado por meio de políticas de gasto social, os governos estaduais ou locais competem com políticas similares ofertadas pelo governo federal (Migué, 1997).

A competição vertical enfraquece as redes clientelistas no nível estadual, uma vez que os chefes políticos são forçados a concorrer com partidos de oposição ocupando postos executivos nas esferas federal ou local de governo que detêm o controle sobre a alocação de recursos que podem ser utilizados na mobilização dos eleitores. É por esta razão que a consolidação de monopólios eleitorais requer que as elites estaduais consigam evitar ou minimizar a ameaça da competição vertical. Como sugerido por Gibson (2005), isto implica a monopolização das conexões entre as esferas subnacional e federal de governo. Ou seja, os grupos dominantes na esfera estadual têm forte incentivo para buscar o apoio do governo federal e assim garantir a ocupação das arenas decisórias relevantes, evitando que oposição local obtenha o apoio de atores e organizações nacionais nas disputas eleitorais estaduais.

Devido ao potencial para a competição vertical no federalismo brasileiro, os chefes políticos estaduais deverão ter maior probabilidade de sucesso nas suas estratégias de controle político em contextos caracterizados pela coincidência, ao longo do tempo, entre os partidos /coalizões ocupando os governos federal e estadual. Uma vez que as máquinas políticas estaduais obtêm acesso continuado

aos recursos de patronagem federais, participando das coalizões nacionais, estas estarão em uma posição mais confortável para evitar que a oposição estabeleça alianças com atores nacionais. De forma análoga, uma mudança na composição partidária do governo federal pode representar uma ameaça ao domínio oligárquico, ao abrir espaço para uma aliança entre os adversários estaduais e nacionais das forças políticas dominantes no estado.

A importância destas questões para o entendimento das recentes mudanças verificadas nos estados de menor competitividade eleitoral não pode ser minimizada tendo em vista a associação verificada entre dominância eleitoral nos estados e a persistência de determinados partidos/coalizões na esfera nacional. É sintomático que pelo menos quatro dentre os cinco estados brasileiros onde existia um partido dominante até 1998 eram governados por partidos que participaram de praticamente todas as coalizões nacionais formadas entre 1985 e 2002: o PFL (Bahia e Maranhão) e o PMDB (Goiás e Paraíba). O Ceará é uma exceção apenas parcial, pois o PSDB, partido dominante no estado, foi um dos fiadores da coalizão de sustentação do presidente Itamar Franco (1992-1994), além de ter governado o país nos oito anos imediatamente subsequentes (Borges, 2007).

O esfacelamento da coalizão que sustentou os oito anos de governo FHC e a vitória de Lula nas eleições de 2002 representaram a ruptura definitiva da lógica de acomodação que garantia a sobrevivência das máquinas políticas estaduais até então. Enquanto que parte das forças de centro-direita que haviam se beneficiado de uma hegemonia quase absoluta na política nacional foram forçadas a migrar para a oposição, os partidos de esquerda puderam se beneficiar do acesso ao governo federal para incrementar os seus prospectos eleitorais nas regiões mais atrasadas. Em particular, as políticas públicas sociais e econômicas implementadas pelo governo Lula permitiram ao PT e seus aliados de esquerda obter retornos eleitorais significativos junto às camadas mais pobres da população (Borges, 2010).

O efeito da competição vertical tende a ser mais forte nos estados menos desenvolvidos, dado o “viés governista” dos eleitores das localidades mais pobres e mais dependentes de recursos governamentais. A análise estatística de Zucco (2008) sobre as eleições presidenciais desde 1989 demonstrou, de fato, que as regiões mais pobres do país costumam apoiar os candidatos governistas, independente do partido e da sua agenda. Assim, uma vez que a sobrevivência política das elites estaduais nas regiões menos desenvolvidas (e mais dependentes

de recursos federais) depende fortemente da sua capacidade de mobilizar o voto do eleitorado mais pobre, disso decorre que os custos de fazer oposição ao governo federal serão mais elevados nestas regiões.

É sintomático que, dentre as famílias políticas mais longevas do Nordeste, os Sarney tenham estado entre os poucos a resistir à “onda vermelha” que tomou conta da região em 2006 e, mais uma vez, no primeiro turno das eleições deste ano. Diferentemente do “tassismo” no Ceará, ou do “carlismo” na Bahia, o grupo liderado pelo senador José Sarney manteve-se em posição privilegiada na coalizão multipartidária montada por Lula, garantindo o apoio presidencial – contra a vontade da seção estadual do PT – a suas pretensões regionais.

Olhando-se o panorama nacional, a rápida decadência do DEM nas eleições estaduais reflete precisamente a fragilidade das bases eleitorais do partido, concentradas na região Nordeste. Em 2002, o partido elegeu 4 governadores (três deles no Nordeste); em 2006, o DEM foi vitorioso apenas no DF. No primeiro turno de 2010, o partido elegeu os governadores de dois pequenos estados: Rio Grande do Norte e Santa Catarina (o DEM não disputará as eleições em nenhum dos estados onde haverá 2º turno). Em quatro dos seis estados da região Nordeste onde a eleição foi decidida em primeiro turno neste ano, venceram candidatos do PT (Bahia, Sergipe) e PSB (Pernambuco, Ceará). Além disso, nas três disputas do segundo turno figuram candidatos de esquerda: PSB na Paraíba e no Piauí, e PDT em Alagoas. Estes resultados, portanto, sugerem que continua em curso a paulatina transferência das bases eleitorais do DEM e outros partidos conservadores para o PT e seus aliados na região mais pobre do país.

Considerações finais

Parte da literatura sobre federalismo e instituições subnacionais tomou como elemento estrutural um aspecto de caráter conjuntural da democracia brasileira nos anos 1980 e 1990, qual seja, a persistente hegemonia de um mesmo arco de forças do centro a direita do espectro político, na arena nacional. Muitos analistas supuseram que a pujança de partidos como o PFL/DEM na política nacional era função direta da sua hegemonia eleitoral nos estados mais pobres. Aos presidentes e demais elites nacionais seria vedada a possibilidade de uma reconfiguração das coalizões eleitorais, em razão do férreo controle exercido por longevas máquinas políticas regionais nestes espaços. Estranhamente, esta literatura relevou a importância do acesso ao poder nacional para a sobrevivência

das elites estaduais, especialmente aquelas vinculadas ao regime autoritário findo em 1985. A constante presença de determinados grupos regionais nas coalizões nacionais era condição necessária para a sobrevivência destes grupos na esfera estadual, ao passo que o seu controle sobre as instituições estaduais lhes permitia maximizar o seu poder e influência em Brasília, sinalizando uma clara relação de interdependência entre centro e periferia. Hoje, parece fora de dúvida que a sobrevivência política das elites estaduais, especialmente nos estados mais pobres, encontra-se cada vez mais vinculada às estratégias eleitorais e de formação de coalizões do Presidente. Processos como a recentralização fiscal e a crescente atuação do governo federal na coordenação, financiamento e implementação de políticas sociais apontam, de fato, para uma intensificação dos efeitos da competição vertical sobre os processos eleitorais. Assim, as hipóteses tradicionais sobre o poder dos governadores na democracia brasileira precisam ser urgentemente revisadas, quando não descartadas.

Bibliografia:

- ABRUCIO, F.L. *Os Barões da Federação: Os Governadores e a Redemocratização Brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1998.
- AMES, B. *The Deadlock of Democracy in Brazil*. Michigan: The University of Michigan Press: Ann Harbor, 2001.
- BORGES, A. Já não se fazem mais máquinas políticas como antigamente: competição vertical e mudança eleitoral nos estados brasileiros. *Revista de Sociologia & Política*; 18, 35, p. 167-188, 2010.
- BORGES, A. Rethinking State Politics: The Withering of State Dominant Machines. *Brazilian Political Science Review*; 2, 2007.
- BORGES, A. The Swan Song of Political Bosses: Vertical competition in Brazilian federalism. *Latin American Research Review*; 43, (no prelo). p., 2011.
- FOX, J. The Difficult Transition from Clientelism to Citizenship - Lessons from Mexico. *World Politics*; 46, 2, p. 151-184, 1994.
- GIBSON, E. Boundary Control: Subnational authoritarianism in democratic countries. *World Politics*; 58, p., 2005.
- HAGOPIAN, F. *Traditional Politics and Regime Change in Brazil*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.
- MIGUÉ, J.L. Public Choice in a Federal System. *Public Choice*; 90, p. 230-254, 1997.
- MONTERO, A.P. A Reversal of Political Fortune: The transitional dynamics of conservative rule in Brazil. In. *2009 Meeting of the Latin American Studies Association*. Rio de Janeiro, Brazil, 11-14 June, 2009.
- SAMUELS, D. *Ambition, federalism, and legislative politics in Brazil*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.
- STOKES, S.C. Political Clientelism. In: C Boix, SC Stokes, eds. *The Oxford Handbook of Comparative Politics*. New York: Oxford University Press, 2007.
- STOKES, S.C. e MEDINA, L.F. Clientelism as Political Monopoly. In. *Chicago Centre on Democracy, Working Paper n. 25*. Chicago, IL, 2002.
- ZUCCO, C. The President's 'New' Constituency: Lula and the Pragmatic Vote in Brazil's 2006 presidential elections. *Journal of Latin American Studies*; 40, p. 29-49, 2008.

PRESIDENCIALISMO DE COALIZÃO: DESAFIOS CONHECIDOS PARA O PRÓXIMO PRESIDENTE

Presidentialism of coalition: well-known challenges for the next president

Glauco Silva

Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado – FECAP

✉ glauco@fecap.br

No último dia 03, foram eleitos os novos membros do Congresso Nacional e, contrariando a maioria das pesquisas de opinião, formou-se o segundo turno da eleição para Presidente. A despeito do desfecho desta eleição no próximo dia 31, já é possível adiantar algumas dificuldades que o novo Presidente eleito, seja quem for, deverá enfrentar em seu mandato a partir de 2011.

A dificuldade primeira decorre da necessidade inerente ao funcionamento do sistema político brasileiro, que impõe ao Presidente formar maiorias no Congresso para conseguir governar. O Poder Executivo brasileiro tende a estabelecer alianças com outros partidos além daqueles que formam sua coligação eleitoral, em busca de garantir a governabilidade. Segundo alguns cientistas políticos, esta faceta do regime político brasileiro caracteriza-o como Presidencialismo de Coalizão: o presidente faz alianças com outros partidos, exemplificadas com a distribuição de pastas em seu Ministério, com o objetivo de estabelecer uma coalizão de governo com tamanho suficiente para a aprovação de seus projetos. O objetivo é obter uma base de apoio no Legislativo que dê sustentação às propostas originadas no Executivo. Um número mágico de congressistas que componham a base seria aquele que proporcione o *quorum* mínimo exigido para emendas à Constituição Federal, o chamado *quorum* qualificado, já que seriam modificações mais importantes a que o Executivo pode se propor fazer. Este número é de 60% da Câmara, equivalente a 308 deputados, e de também 60% do Senado, o que equivale a 49 senadores. Este objetivo passa,

assim, em ter aliados que sejam minimamente disciplinados e que componham ao menos maioria nas duas casas do Congresso. É esta característica do funcionamento do sistema brasileiro que será brevemente discutida aqui.

Para o exercício que este texto propõe, assume-se que a coligação eleitoral estabelecida se mantenha como base para a coalizão governista. Neste caso, considera-se que o Presidente eleito possui uma base a partir da qual iniciar as negociações para a formação desta maioria no Congresso, tentando obter o maior número de parlamentares possível. A tabela 1 resume as cadeiras ocupadas por cada partido após a eleição de 03 de outubro, desconsiderando-se aqui o julgamento que será feito sobre aqueles candidatos eleitos que respondem a processo, diante do processo conhecido como “Ficha Limpa”.

A coligação formada pela candidata Dilma Rousseff inclui os seguintes partidos: PT, PMDB, PRB, PDT, PTN, PSC, PR, PTC, PSB e PC do B. Juntos, estes partidos possuirão 49 senadores, equivalente a 60,5% do total, e 311 deputados, atingindo 60,6% das cadeiras. Por outra parte, a coligação formada por José Serra, composta pelos partidos PSDB, PTB, PPS, DEM, PMN e PT do B possuirá 25 senadores, o que equivale a 30,9% das cadeiras, e 136 deputados, atingindo 26,5% da Câmara.

Tabela 1. Número de cadeiras por partido nas chapas à Presidência

Dilma	Senado	Câmara dos Deputados	Serra	Senado	Câmara
PT	14	88	PSDB	11	53
PMDB	20	79	DEM	6	43
PR	4	41	PTB	6	21
PSB	3	34	PPS	1	12
PDT	4	28	PMN	1	4
PSC	1	17	PTdoB	0	3
PCdoB	2	15	TOTAL	25	136
PRB	1	8	%		
PTC	0	1			
PTN	0	0	Outros	Senado	Câmara dos Deputados
TOTAL	49	311	TOTAL	7	66
%	60,5	60,6	%	8,6	12,9

Fonte: TSE. Elaboração do autor

Este resultado sugere um início de governo mais favorável para a candidata Dilma Rousseff, se eleita. Sua coligação eleitoral decorre basicamente da própria coalizão formada pelo Presidente Lula, com a mudança do PTB, não

participando da coligação, e o PTC, PSC e PTN, engrossando a chapa eleitoral. Este grupo de partidos apóia o Presidente desde abril de 2007, compondo a base governista no Congresso. Esta constatação demonstra alguma estabilidade em torno da figura do Presidente e que pode atuar como legado à sua sucessora.

A situação do candidato José Serra parece mais difícil. Ele partiria de um conjunto de 25 senadores e 136 deputados apenas. Sua situação de minoria ainda se manteria, mesmo com a obtenção de apoio de todos os parlamentares que não fazem parte de nenhuma coligação dos candidatos a Presidente no segundo turno. Ainda neste caso otimista, já que tais partidos devem manifestar apoio a um dos dois candidatos, seu eventual governo começaria com cerca de 40% do Senado apenas e de 39% de apoio na Câmara dos Deputados. Faltaria o apoio de cerca de 57 deputados e 33 senadores para que obtivesse maioria. Ainda que o PMDB, partido que compôs com o Executivo, a despeito de sua participação nas eleições, mude de posição e aceite novamente fazer parte de um governo tucano, o presidente ainda não obteria maioria no Senado. Muito provavelmente um governo Serra seria marcado pela minoria nesta Casa durante um período considerável, até que consiga a colaboração de outros partidos que tenham feito parte da coligação adversária.

De qualquer maneira, outro componente bastante relevante no cenário de composição do Congresso, além do número de parlamentares que formam a base do governo, é o seu comportamento frente às lideranças partidárias. Este tópico sob certa forma ameniza a vantagem apresentada pela candidatura do PT em caso de eleição.

O apoio de um partido a que se refere aqui se dá através do acordo estabelecido entre suas lideranças e o governo. Uma vez estabelecido, este pacto dará ao Executivo a dimensão de sua força no Congresso. Porém, este apoio dependerá do nível de obediência ou de disciplina apresentado pelos membros das diferentes legendas. A literatura especializada indica que este nível de obediência médio está entre 85% e 90% dos parlamentares, considerando as análises feitas desde o governo Sarney. Tomando este parâmetro por base, seria equivalente a dizer que, uma vez eleita, Dilma Rousseff teria algo em torno de 54% de votos fiéis na Câmara e no Senado, enquanto José Serra, caso fosse o Presidente eleito, teria algo em torno de 25% nas duas Casas. Estes resultados mostram que a criação das bancadas de apoio no Congresso exigirão do novo Presidente a inclusão de novos partidos em sua base inicial ou o esforço de

conquistar votos individuais de apoio em seus projetos apresentados ao Congresso, a fim de fazer valer a sua agenda de interesse.

Portanto, independentemente do candidato que se elegerá Presidente no próximo dia 31, é bastante provável observarmos a formação de um Ministério que privilegie novos partidos além daqueles que hoje compõe a coligação eleitoral. Esta é a lógica de funcionamento do sistema político brasileiro, ainda que possa para muitos transparecer apenas como prática fisiológica. Os números apresentados não formam um suporte estável, mas, sem sobra de dúvida, interferem nas condições sobre as quais o próximo Presidente governará. Qualquer dos candidatos que se eleger estará de olho nesse importante componente de sua administração.

UMA ELEIÇÃO SEM NOTÍCIAS? A VITÓRIA DO DEM NO RN EM 2010¹

An election without news? The victory of the Democratic Party on Rio Grande do Norte in 2010

Alan Daniel Freire de Lacerda

Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN

✉ lacerda75@msn.com

Introdução

A eleição estadual potiguar de 2010 ficará registrada na crônica política como uma das mais estáveis de que já se teve notícia no estado. Em nenhum momento a primeira colocada na disputa, a senadora Rosalba Ciarlini Rosado (DEM), esteve ameaçada de perder sua posição e, além disso, virtualmente, todas as pesquisas de intenção de voto apontaram para sua vitória no primeiro turno da eleição. O único movimento real da competição consistiu na troca de lugares entre os outros dois candidatos competitivos.

Prelúdio

O cenário eleitoral de 2010 começou a ser montado, a rigor, já na eleição de 2006. Como se sabe, Wilma de Faria (PSB) foi reeleita naquele pleito, ao vencer o senador Garibaldi Alves Filho (PMDB) no segundo turno. Alves Filho havia sido o governador anterior (1995-2002) e começou a campanha em primeiro lugar, na condição de favorito. A vitória de Faria, entretanto, não se fez acompanhar do sucesso de seu companheiro de chapa majoritária na competição pela vaga no Senado. O então senador Fernando Bezerra (PTB) foi derrotado por Rosalba Ciarlini (PFL), que figurou na chapa do candidato peemedebista. O triunfo da candidata pefelista se deu por menos de um ponto percentual, 44,2% a

¹ Agradeço a Renata Clarisse pela confecção do gráfico presente no texto.

Em Debate, Belo Horizonte, v.2, n.10, p. 31-36, out. 2010.

43,4% dos votos válidos, mas o fato de ser uma disputa de uma vaga só a tornou de imediato a candidata preferencial do seu partido para governadora em 2010.

Rosalba Ciarlini é uma integrante da família Rosado, que há décadas domina o cenário político de Mossoró, a segunda maior cidade potiguar, situada no Oeste do Rio Grande do Norte. Tipicamente, os Rosados se dividem em dois grupos políticos, polarizando as disputas para prefeito em Mossoró e dificultando a emergência de terceiras vias no contexto eleitoral mossoroense. O grupo dominante vem sendo o capitaneado pelo PFL/DEM, a partir do seu domínio continuado da prefeitura da cidade. De resto, os Rosados freqüentemente conseguem eleger dois deputados federais, um quarto da representação do RN na Câmara dos Deputados, além de deputados estaduais.

Em 2008, outro fato alvissareiro aos setores alinhados a Ciarlini veio a ocorrer na disputa municipal em Natal. A candidata do PV, Micarla de Sousa, venceu a disputa para prefeito na cidade, derrotando a deputada federal Fátima Bezerra (PT), que obteve o apoio do prefeito Carlos Eduardo Alves (então no PSB), da governadora Wilma de Faria e do presidente Lula. O DEM, em especial na figura do senador José Agripino, apoiou fortemente a candidatura de Sousa, colhendo os frutos políticos de sua vitória com a ocupação de importantes postos no secretariado municipal.

Entretanto, as negociações para a escolha do candidato governista a governador tiveram maior impacto na configuração concreta da disputa de 2010. No início de 2010, três nomes da base de apoio de Faria se apresentavam claramente como pré-candidatos: o vice-governador Iberê Ferreira (PSB), o presidente da Assembléia Legislativa, Robinson Faria (PMN), e o ex-prefeito de Natal, Carlos Eduardo Alves (PDT). No fim, a opção da então governadora se concentrou no nome de Ferreira, o que garantiria o apoio deste ao seu projeto de se candidatar ao Senado.

A escolha de Wilma de Faria teve um efeito quase imediato. Em primeiro lugar, provocou a cisão do grupo de Robinson Faria, que optou por integrar a coligação de Rosalba Ciarlini na condição de vice. Este movimento foi importante devido ao peso do PMN na Assembléia Legislativa (é o maior partido), privando a governadora Wilma de maioria parlamentar. Em segundo lugar, importa notar que a decisão em favor de Iberê Ferreira não demoveu o candidato pedetista de continuar na disputa. Neste momento, Alves se

apresentava como o segundo colocado quando comparado com Ferreira e Ciarlini nas sondagens.

A Disputa

Os partidos registraram oito candidaturas a governador nas convenções de junho, sendo que três postulantes figuraram com o apoio de coligações. A Tabela 1 exibe o quadro com as informações básicas dessas três alternativas colocadas para o eleitor.

Tabela 1: Candidaturas a governador do Rio Grande do Norte (2010)

Nome do candidato na urna eletrônica	Partido/Coligação	Partido do vice
Carlos Eduardo	PDT-PRP-PCdoB	PDT
Iberê	PSB-PTB-PPS-PT	PSB
Rosalba Ciarlini	DEM-PSL-PTN-PMN-PSDB-PSC	PMN

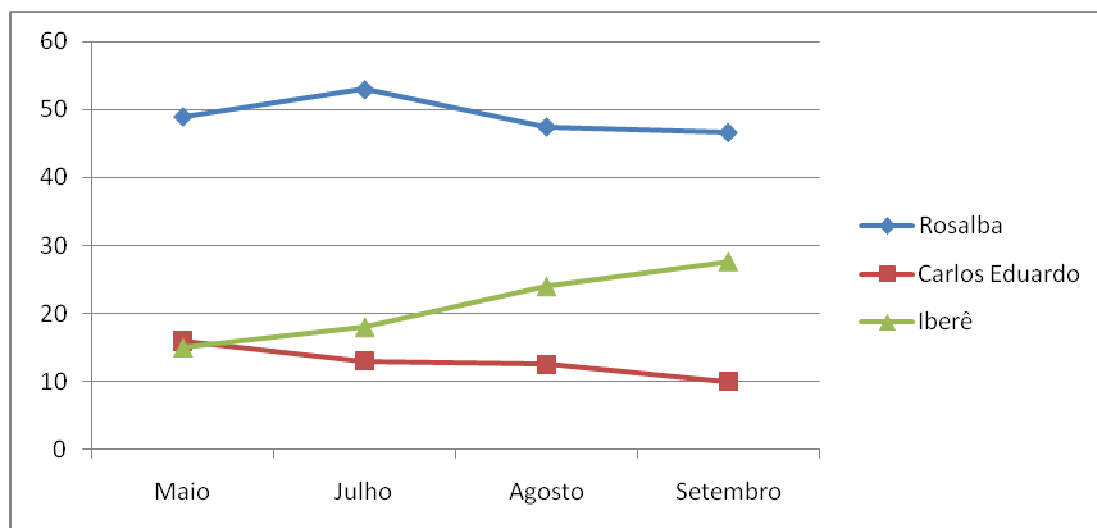
É possível perceber que o arranjo político em torno da candidatura do DEM revelou-se o mais flexível, ao conceder a posição de vice a um partido importante no legislativo estadual. A candidatura de Carlos Eduardo, por sua vez, mostrou-se frágil, sem nenhum partido forte na Assembléia e com apoio de poucos prefeitos. Já Iberê Ferreira possuía, a título de trunfos, a posição forte do PSB no estado e a condição de governador, obtida com a desincompatibilização de Wilma de Faria para concorrer a uma vaga de senadora.

O discurso da candidata do DEM revelou-se basicamente propositivo e a favor da mudança. Em nenhum momento a candidata precisou recorrer a uma campanha negativa mais acentuada para deter a ascensão de adversários ou conter movimentos de queda de sua própria postulação. Não é difícil entender o porquê dessa tática. A ex-governadora apresentava um índice de transferência de votos consideravelmente limitado, o que dificultou os esforços de Ferreira e, a rigor, sua própria aspiração ao Senado. Segundo pesquisas Vox Populi de maio e julho, por exemplo, apenas 15% e 14% dos eleitores potiguares, respectivamente,

afirmaram que votariam com certeza no candidato a governador apoiado por Faria.

O Gráfico 1 apresenta a taxa de intenção de voto dos três principais candidatos a governador, considerando a média dos índices dos candidatos nas pesquisas Vox Populi e Ibope aplicadas entre maio e setembro.

Gráfico 1: Intenção de voto no pleito para governador do RN - 2010



Fonte: www.voxpopuli.com.br e www.ibope.com.br.

A informação mais importante do gráfico, à parte a estabilidade da primeira colocada, é a troca de lugares entre os candidatos Iberê Ferreira e Carlos Eduardo. No primeiro mês de campanha, julho, o postulante do PSB já ascende ao segundo lugar, crescendo de modo consistente até setembro. O segundo turno não aconteceu, todavia, porque parte do crescimento do governador se deu a expensas de votos antes inclinados para o postulante do PDT. Como este se estabilizou em torno da marca de 10%, não conseguindo crescer junto com Ferreira, a campanha adquiriu uma feição favorável à senadora do Democratas.

Além do discurso voltado para as realizações do governo, o governador-candidato utilizou duas outras armas argumentativas. A primeira foi a sugestão de que a senadora era distante dos interesses e preocupações dos eleitores da capital. A segunda foi se vincular à imagem do presidente Lula e ligar a adversária ao candidato presidencial do PSDB, José Serra. Uma importante linha auxiliar do primeiro argumento foi a tentativa de associar Ciarlini à prefeita de Natal, dada a má avaliação de sua gestão pelos eleitores natalenses. Apesar de promissoras, as

duas armas argumentativas foram rebatidas com sucesso pela campanha da candidata mossoroense, que adotou um discurso defensivo em termos de suas “propostas” para Natal, acompanhado de uma adesão discreta a Serra.

A Tabela 2 exibe o resultado eleitoral final, tal como computado pela Justiça Eleitoral.

Tabela 2: Resultado da eleição para governador do RN - 2010

Candidato	Votos absolutos	Votos válidos %
Rosalba Ciarlini	813.813	52,46
Iberê Ferreira	562.256	36,25
Carlos Eduardo Alves	160.828	10,37
Sandro Pimentel	10.520	0,68
Camarada Leto	2.078	0,13
Bartô Moreira ²	1.746	0,11

O resultado final reflete certo desgaste do segundo mandato de Wilma de Faria, o que atingiu negativamente sua taxa de transferência eleitoral. Não há dados indicando que a avaliação positiva de seu governo tenha sido baixa no segundo mandato. A rejeição de Ferreira, por seu turno, atingiu 25% na pesquisa Ibope do fim de setembro, em comparação com 17% de Ciarlini, uma diferença não tão notável para definir a eleição.

Conclusão

A eleição para o Senado acompanhou a cristalização verificada na disputa do governo estadual, com a reeleição dos senadores Garibaldi Alves Filho (PMDB) e José Agripino (DEM), ambos alinhados a Rosalba Ciarlini. Os dois praticaram o chamado “voto casado”. As derrotas de Wilma de Faria e de seu candidato anunciam o fim do ciclo político iniciado em 2002 e delineiam o terreno para o próximo confronto. Com a situação política difícil de Micarla de

² Os candidatos Roberto Ronconi e Simone Dutra tiveram problemas de deferimento com seus respectivos registros na Justiça Eleitoral.

Em Debate, Belo Horizonte, v.2, n.10, p. 31-36, out. 2010.

Sousa, a prefeitura de Natal torna-se o ponto focal, em 2012, para um contra-ataque político dos grupos derrotados no pleito deste ano.

O BRASIL QUE SAIU DAS URNAS SOBREVIVERÁ ÀS INTERROGAÇÕES?

Will the Brazil that came from polls survive the interrogations?

Heloísa Dias Bezerra

Universidade Federal de Goiás – UFG

✉ diasbezerra.h@gmail.com.br

A campanha eleitoral de 2010 passou ao largo do entusiasmo de outras campanhas. Aquilo a que chamávamos militância preferiu os palanques eletrônicos e a tranqüilidade da casa às manifestações barulhentas das ruas. A campanha profissionalizada requer dedicação exclusiva e panfleteiros remunerados. Será que se foi o tempo de eleições com ruas cheias de militantes esperançosos, aguerridos na defesa de suas idéias, mas felizes e entusiasmados? E os jovens, cara pintada de alegria e bom humor, que povoavam as ruas e dançavam ao som de velhas e novas canções de protesto?

Perplexo, o Brasil saiu das urnas no dia 03 de outubro mais carente de respostas do que certezas. Milhares de eleitores escolheram o palhaço Tiririca e abraçaram a suposição de que a política não pode ficar pior do que já está, afinal, o que poderia ser mais deletério do que tanta corrupção, tanta mentira? O que poderia ser mais inaceitável do que a mordomia dos atuais representantes que encontram na atividade política um caminho para fazer fortuna, para ludibriar o contribuinte? Se a desilusão é tamanha e os fatos mostrados cotidianamente pela mídia comprovam que político é tudo igual e da pior qualidade, então nada melhor do que alguém para fazer palhaçada e alegrar um pouco a vida dos desiludidos que assolam nosso triste país.

Ao menos o palhaço pode nos fazer rir e sua eleição atesta que realmente vivemos em uma democracia, afinal, se uma parcela da sociedade quer ser representada pelo artista popular devemos aceitar e aplaudir. Infelizmente, o mundo não é feito apenas de palhaços Tiriricas e o mesmo estado que elege a

troça, elege Paulo Maluf, que resiste às tentativas de prisão com desenvoltura, ri da cara do Ministério Público e segue movimentando sua dinheirama como se fosse dotado do poder de tornar toda corrupção invisível. Um dos campeões nacionais de processos, Maluf, continua imbatível junto ao eleitorado do 2º maior colégio eleitoral do país e, se a justiça não tiver força ou vontade suficiente para barrar sua candidatura, retornará ao parlamento brasileiro com aquele largo sorriso de dentes sempre brilhantes.

Outros caciques da política nacional não tiveram a mesma sorte e foram retirados de cena não por algum passe de mágica ou decisão judicial, mas pela vontade soberana dos eleitores: Tasso Jereissati, Arthur Virgílio, Jarbas Vasconcelos, Fernando Collor e outros tantos Brasil afora.

As urnas também revelaram a nossa persistente desigualdade de gênero, pondo a nu não apenas boa dose de preconceito, mas, e principalmente, o descaso com que os partidos políticos tratam os não machos. A Lei de Cotas não foi respeitada e as candidatas, a julgar pelo número de eleitas, foram tratadas de modo desigual. Apenas oito mulheres foram eleitas para o Senado, de um total de 56 vagas. Para a Câmara dos Deputados, apenas 44 deputadas (ou 45, a depender de recurso em julgamento) foram eleitas, de um total de 513 vagas. Contabilizando as eleitas para as Assembléias Legislativas em todo o Brasil, de um total de 1059, foram eleitas somente 136 mulheres. Ou seja, o parlamento brasileiro continua sendo um reduto masculino, o que empobrece sobremaneira a representação, já que as mulheres somam mais de 51% do eleitorado.

Quando o debate entre as candidaturas à Presidência esquentou, parecia que ninguém estava se importando com os custos de um embate tão ferrenho, tão às antigas. Partidos e candidatos nos deixaram com a estranha sensação de que no embate eleitoral tudo é “canela” - não a árvore, mas a parte da perna humana”. Lembrou-nos ligeiramente as famosas peladas de final de semana, só que sem a alegria e a camaradagem. No futebol do pé descalço, findo o jogo, independente do resultado, todos se deixam envolver numa comunhão de sorrisos e abraços fraternos. E no Brasil de eleição a ferro e fogo, o que podemos esperar daqui pra frente?

Ressuscitaram o fundamentalismo religioso, repuseram bispos e pastores na mesa do processo decisório, abriram as portas do Estado para o mandonismo de representantes não eleitos. Será que José Serra está consciente do monstro de sete cabeças que ajudou a despertar? Será que Dilma Rousseff está consciente das

armadilhas ideológicas e procedimentais que podem estar contidas em uma singela “cartinha ao povo brasileiro”? As inquietações nos tiram o sossego. Reeleito o PT ou eleito o PSDB, quem vai assumir o Ministério da Saúde para garantir que o SUS recuse atendimento às mulheres aborteira: algum arcebispo católico, algum profeta evangélico? Como os eleitos vão praticar o discurso preconceituoso do período eleitoral: vão reformar a Constituição? Prender gays, lésbicas e toda a comunidade Gays, Lésbicas, Transexuais, Transgêneros e Bissexuais - GLTTB? Fazer retroceder as adoções já autorizadas para casais homossexuais e mandar as crianças adotadas de volta para os abrigos? Que democracia é esta que exclui e amordaça as minorias, sem ao menos abrir espaço para o livre debate, para que todas as partes se façam ouvir?

Vencer é muito bom, dá prazer, prestígio, honra e glória. Mas o que fazer com os pesados custos de uma vitória arrancada na base de mentiras, de pequenas e grandes trapagens, de alianças as mais esquisitas já vistas? Para além de 2010, como serão construídos os programas de governo dos futuros candidatos? Terão que passar pelo crivo de lideranças religiosas, ou os candidatos vão querer correr o risco de cair nas garras do fundamentalismo cristão?

E a ditadura dos “marketeiros”, existe ou não? Até onde vai a possibilidade de criar e recriar personagens, cenários, plataformas e programas de governo? Com a palavra, um velho e sábio escriba:

“A um príncipe, portanto, não é essencial possuir todas as qualidades mencionadas, mas é bem necessário parecer possuí-las. Antes, ousarei dizer que, possuindo-as e usando-as sempre, elas são danosas, enquanto que, aparentando possuí-las, são úteis; por exemplo: parecer piedoso, fiel, humano, íntegro, religioso, e sê-lo realmente, mas estar com o espírito preparado e disposto, de modo que, precisando não sê-lo, possas e saibas tornar-te o contrário. Deve-se compreender que um príncipe, e em particular um príncipe novo, não pode praticar todas aquelas coisas pelas quais os homens são considerados bons, uma vez que, freqüentemente, é obrigado, para manter o Estado, a agir contra a fé, contra a caridade, contra a humanidade, contra a religião. Porém, é preciso que ele tenha um espírito disposto a voltar-se segundo os ventos da sorte e as variações dos fatos o determinem e, como acima se disse, não apartar-se do bem, podendo, mas saber entrar no mal, se necessário. (Maquiavel, p. 102-3, 1994).

Quando escreveu suas obras, a imaginação fértil de Maquiavel não podia alcançar algo como o Brasil, republiqueta alçada à condição de uma das maiores potências do mundo por um príncipe pouco alfabetizado, oriundo da mais rude plebe, um país onde a cada dois anos milhões de cidadãos têm a oportunidade de pactuar novos acordos com seus príncipes e princesas. O grande mestre do realismo político também não teria como imaginar que a plebe poderia ser alcançada de modo rápido, fácil e amplo por meio de ferramentas tão incríveis como TV e internet. E mais, quem poderia supor que ouvindo meia dúzia de cidadãos alguém pudesse garantir ao príncipe se é mais amado ou mais odiado?

Algumas das novidades de 2010 poderiam ser consideradas envelhecidas, não fossem o debate e os enfrentamentos surgidos a cada *round*: as pesquisas eleitorais são falsas? E os meios de comunicação, são neutros, ou vez por outra trabalham para derrubar os candidatos que não lhes são convenientes? Pesquisas e mídia influenciam a decisão dos eleitores de modo a produzir um determinado resultado eleitoral? Não há evidências comprobatórias, dizem os proprietários de institutos de pesquisa, de rádios, jornais, revistas semanais e TVs.

No caso das pesquisas é fato que os diversos institutos de opinião são contratados pelos partidos políticos e, vez por outra, surgem casos de amostras viciadas, de sondagens cujos resultados se mostram completamente dissonantes da vontade popular depositada nas urnas eleitorais. Mas os candidatos não podem reclamar, pois, quando os percentuais obtidos nas sondagens de opinião são positivos, tratam isto como se já fosse a vitória obtida nas urnas. Tudo vira propaganda e o que é bom, todo mundo fatura.

Quanto à mídia, em pleno século XXI os donos do poder no Brasil ainda conseguem emplacar o discurso da censura ante qualquer desafio ao enigma da neutralidade. Entre os eleitos governadores, senadores ou deputados federais e estaduais, 61 são proprietários de empresas de comunicação. Nos estados, diversas afiliadas de grandes redes como Globo, SBT, Record e Band estão nas mãos de políticos.

Concluindo, 2010 vai certamente marcar a história das eleições livres no Brasil, por exemplo com a participação de Lula, Presidente reeleito e cabo eleitoral de peso com participação ativa em todas as eleições presidenciais desde 1989. Pela primeira vez, temos mulheres candidatas ao cargo de maior envergadura e disputando palmo a palmo um espaço político dominado pelo comportamento masculino/machista.

Oxalá o suposto de Mandeville seja possível e que alguns dos vícios privados de nossos atuais e futuros governantes possam realmente se tornar virtudes públicas, mas sem exageros que impeçam a livre realização de um país democrático.

Bibliografia:

<www.maismulheresnopoderbrasil.com.br> Acesso em ago. 2010

<www.cfemea.org.br/> Acesso em ago. 2010

MACHIAVELLI, Niccolo. *O Príncipe*. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1994, 17. Ed. Tradução de Roberto Grossi.

<www.fndc.org.br> Acesso em ago. 2010

MANDEVILLE, Bernard, 1714, *A Fábula das Abelhas*. Disponível em: <www.braudel.org.br/publicacoes/bp/bp05_pt.pdf>, <www.videeditorial.com.br/dicionario-obras-basicas-da-cultura-ocidental/f-g-h-i/a-fabula-das-abelhas-de-mandeville.html>. Acesso em: ago. 2010.

BRASIL 2011: AUTORIDADE LEGISLATIVA PLENA AOS VENCEDORES?

Brazil 2011: full legislative authority to the winners?

Eduardo Meira Zauli

Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG

✉ emzauli@gmail.com

NÃO. Os vencedores das próximas eleições no Brasil não devem dispor de autoridade legislativa plena.

Tal questão emerge em um contexto em que se delineia uma ampla vitória eleitoral da candidata à Presidência da República Dilma Rousseff e seus aliados políticos. Discute-se a possibilidade, a legalidade e a legitimidade da convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte exclusiva com amplos poderes para legislar sobre temas específicos como os da reforma política e tributária.

Sob a égide de um ordenamento jurídico que consagra o princípio da supremacia da Constituição, os temas da possibilidade e da legalidade de tal convocação encontram-se inevitavelmente entrelaçados. Parece haver um amplo consenso no sentido de que a possibilidade de uma Constituinte exclusiva depende de se encontrar uma fórmula de alteração do texto da atual Constituição distinta das possibilidades elencadas em seu Art. 60¹. Segundo a melhor doutrina

¹ Art. 60. A Constituição poderá ser emendada mediante proposta:

I - de um terço, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal;

II - do Presidente da República;

III - de mais da metade das Assembleias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros.

§ 1º A Constituição não poderá ser emendada na vigência de intervenção federal, de estado de defesa ou de estado de sítio.

§ 2º A proposta será discutida e votada em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, considerando-se aprovada se obtiver, em ambos, três quintos dos votos dos respectivos membros.

§ 3º A emenda à Constituição será promulgada pelas Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, com o respectivo número de ordem.

§ 4º Não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir:

Em Debate, Belo Horizonte, v.2, n.10, p. 42-47, out. 2010.

constitucional, a adoção de qualquer procedimento de alteração da Constituição que não encontre respaldo em seu Art. 60 seria inconstitucional. Muitos admitem, contudo, que a manifestação favorável dos eleitores em plebiscito aprovando a convocação, seguida da eleição popular de seus membros e posterior aprovação de suas decisões em referendo asseguraria legitimidade ao processo de mudança da Constituição de que se cogita.

Admitindo-se que o processo de escolha, em 2011, dos membros de uma Constituinte exclusiva seria fortemente influenciado pela Presidência da República e pelos detentores de mandatos no Senado Federal e na Câmara dos Deputados, não há como desvincular os resultados das eleições de outubro deste ano do perfil da composição de uma futura Assembléia Nacional Constituinte exclusiva que seja eleita em 2011 ou em algum outro momento do próximo quadriênio.

Tal diagnóstico permite a introdução do tema da legitimidade democrática de tal tipo de iniciativa: em que condições um movimento político qualquer pode pretender exercer uma autoridade legislativa plena. Basta uma vitória eleitoral, ainda que robusta, para que um movimento político obtenha autoridade legislativa plena? Dito de outra forma, quantas eleições um movimento político deve ganhar antes de obter autoridade legislativa plena?

Em meio à variação institucional que vem permeando a criação de sistemas políticos democráticos desde a criação da república norte-americana em 1787, deparamo-nos com sistemas que consagram a concentração do poder nas mãos dos representantes eleitos da maioria - democracia monista, populista e majoritária são alguns dos termos utilizados para referir-se a este tipo de ordenamento constitucional. Nestes sistemas, em essência, desde que as eleições com base nas quais foram eleitos os representantes da maioria tenham sido livres e justas, e desde que não sejam tomadas quaisquer medidas visando impedir a realização de novos testes eleitorais, os vencedores das últimas eleições devem dispor de toda a autoridade legislativa. A experiência democrática britânica deu origem ao mais notável exemplo deste tipo de sistema político.

I - a forma federativa de Estado;

II - o voto direto, secreto, universal e periódico;

III - a separação dos Poderes;

IV - os direitos e garantias individuais.

§ 5º A matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada não pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.

Por outro lado, há aqueles sistemas democráticos que, entre outras denominações, têm sido designados como dualistas, madsonianos e consensuais. Os EUA são o protótipo deste segundo tipo de democracias, inserindo-se, também a tradição constitucional brasileira nesta segunda família de democracias. Diferentemente do que ocorre nos sistemas de democracia monista, os sistemas dualistas apresentam características institucionais que impõem dificuldades adicionais que devem ser transpostas pelos movimentos políticos que buscam alcançar autoridade legislativa plena.

Em primeiro lugar, tais sistemas fundamentam-se na distinção entre dois níveis distintos de atividade legislativa: a criação legislativa constitucional originária (constitucional) e a criação legislativa derivada (infraconstitucional e constitucional). Tal distinção dá origem a um ordenamento jurídico composto por normas dispostas hierarquicamente que consagra o princípio da supremacia da Constituição e a procedimentos decisórios diferenciados para a aprovação de legislação derivada, tanto infraconstitucional quanto constitucional.

Com relação às atividades legiferantes originárias que dão origem a uma nova Constituição, os legisladores são livres para decidir acerca dos procedimentos decisórios com base nos quais serão organizados os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte e aprovados os diferentes dispositivos da nova Constituição². Quanto às atividades legislativas derivadas, o texto da Constituição em vigor estabelece as limitações formais, ou seja, os procedimentos decisórios a serem utilizados para a aprovação de toda e qualquer legislação (infraconstitucional e constitucional)³. Eis aí uma primeira fonte de dificuldade para a emergência de um movimento político dotado de autoridade legislativa plena: a existência de uma Constituição dotada de certo grau de rigidez que só permite sua modificação por uma maioria legislativa qualificada⁴.

Outro traço comum nestes sistemas e da maior significação tendo em vista a questão acerca dos poderes legislativos de uma maioria eleitoral é o da separação de Poderes do Estado. Particularmente, a separação entre Executivo e Legislativo, que na maior parte das vezes é bicameral, e a não-coincidência das eleições para o provimento de cargos cujos mandatos têm duração variável exige a vitória em diferentes eleições ao longo de um período antes de alcançarem

² Foi o que fizeram os constituintes brasileiros de 1987-88 quando aprovaram um Regimento Interno e sua posterior alteração.

³ A Constituição de 1988 estabelece quorum diferenciado para a aprovação de emendas à Constituição; leis complementares e leis ordinárias (três quintos, com duas votações em separado em cada casa legislativa; maioria absoluta e maioria simples dos votos de senadores e deputados federais, respectivamente).

⁴ Além das limitações formais à mudança da Constituição, fazem parte ainda do ordenamento jurídico brasileiro limitações de natureza temporal, circunstancial e material.

autoridade legislativa plena.⁵ Tal arranjo institucional opera como um freio às pretensões legiferantes de movimentos políticos que serão obrigados a passar por diversos testes eleitorais ao longo do tempo antes de conseguirem alcançar aquela autoridade.

Outra particularidade relevante da institucionalidade dos sistemas democráticos dualistas para a delimitação da autoridade legislativa da maioria eleitoral diz respeito ao estatuto do Poder Judiciário, em particular da jurisdição constitucional. Como corolário da adoção do princípio da supremacia da Constituição, o mais comum é a elaboração de Constituições com algum grau de rigidez e, na maior parte das vezes, a atribuição de sua guarda ao Poder Judiciário⁶.

Nos casos em que se consagra às instituições judiciárias o desempenho do papel de guarda da Constituição, isso é feito por meio de algum tipo de controle jurisdicional de constitucionalidade de atos e omissões, dentre outros, do Poder Legislativo⁷. Configura-se, portanto, um arranjo institucional distinto daquele típico dos sistemas de democracia monista nos quais a regra é a supremacia do parlamento composto por representantes eleitos do soberano.

A despeito da presença de tais características no atual arranjo institucional brasileiro, pode-se questionar sua efetividade com relação à preocupação de se limitar o poder de eventuais majorias eleitorais em matéria constitucional. Afinal, transcorridos 22 anos desde sua promulgação o texto da Constituição de 1988 recebeu, até julho de 2010, 66 emendas. Um número tão elevado de emendas aprovadas em um espaço de tempo relativamente curto é indicativo de que as limitações previstas na Constituição de 1988 quanto à possibilidade de alteração de seu texto têm sido pouco eficazes na tarefa de proteger a Constituição do ímpeto reformista do legislador ordinário. É um tanto quanto desconcertante que uma Constituição supostamente rígida tenha sido objeto de tantas alterações.

Ainda que no passado a Constituição de 1988 não tenha sido submetida a referendo popular, algo que poderia ter-lhe assegurado um maior grau de legitimidade, é inequívoco que os anos 1980 foram um período marcado pela

⁵ Ao prever eleições presidenciais a cada quatro anos e eleições para a Câmara dos Representantes e parte do Senado a cada dois anos, o calendário eleitoral dos EUA possibilita a estruturação de um sistema de separação de Poderes mais forte do que aquele engendrado pelo calendário eleitoral brasileiro, que prevê eleições presidenciais a cada quatro anos sempre coincidindo com eleições para a Câmara dos Deputados e parte do Senado Federal.

⁶ Deve-se atentar para a distinção entre o controle de constitucionalidade exercido por órgãos judiciais e aquele exercido por órgãos políticos, como o *Conseil Constitutionnel* na França.

⁷ Em geral os modelos de controle jurisdicional de constitucionalidade assumem a forma difusa ou concentrada conforme os órgãos aos quais pertence tal poder de controle e conforme o modo pelo qual as questões de constitucionalidade podem ser argüidas perante o Poder Judiciário. No Brasil adota-se um modelo misto.

busca de um novo recomeço em que se assistiu a uma mobilização popular sem precedentes em processos constitucionais anteriores. Ao que tudo indica um *pasticcio* institucional composto pela separação de Poderes, somada à nossa rigidez constitucional e a um modelo de controle de constitucionalidade *sui generis* não tem sido adequado para distinguir entre aqueles raros e curtos momentos de (re)fundação constitucional, como o dos anos 1980, e aqueles períodos, como o atual, muito mais comuns e duradouros de atividade política rotineira.

Pois bem, constatada a relativa inoperância de nosso sistema e descartado o modelo de Westminster que concede autoridade legislativa plena à maioria eleitoral independentemente de qualquer indagação relativa à qualidade de seu mandato, o que fazer para tornar mais onerosas as iniciativas de política constitucional?

Uma possibilidade é o recurso à participação popular. Enquanto ao parlamento caberia a tomada de decisões governamentais rotineiras, aos cidadãos-eleitores caberia a aprovação das decisões de política constitucional por meio de referendos populares sequenciais. Por meio de um cuidadoso trabalho de elaboração institucional, referendos sequenciais permitiriam minimizar certos males tradicionalmente associados à realização de consultas populares em nossas democracias representativas: o uso demagógico, personalista, e plebiscitário; mas também a banalização de um procedimento decisório extraordinário destinado a ser utilizado em circunstâncias extraordinárias. Ainda que desacreditados por muitos, os referendos populares, quando realizados de forma sequencial, e desde que acompanhados de medidas voltadas para a melhoria da qualidade deliberativa dos eleitores, desestimulariam o uso oportunista da consulta popular por uma maioria parlamentar eventual.

Nesse sentido, por que não olharmos mais uma vez para a experiência constitucional norte-americana como fonte de inspiração institucional? A exigência de supermaiorias legislativas para a convocação de referendos; a exigência de aprovação de propostas de referendo por sucessivas legislaturas antes de se proceder à consulta popular; a limitação do número de referendos por legislatura e a necessidade de aprovação de propostas de referendos em legislaturas diferentes propiciariam os filtros necessários para que a criação da norma constitucional fosse algo mais que a simples resultante de um estado momentâneo das opiniões dominantes no âmbito do Poder Legislativo.

Bibliografia

ACKERMAN, Bruce. *The New Separation of Powers*. Harvard Law Review, v.113, n.3, January/2000, pp. 633-729.

ACKERMAN, Bruce. *We the People 1- Foundations*. Harvard University Press. Cambridge/London. 1991.

ACKERMAN, Bruce. *We the People 2 – Transformations*. Harvard University Press. Cambridge/London. 1998.

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. *A Cidadania Ativa: referendo, plebiscito e iniciativa popular*. Editora Ática. São Paulo. 1991.

CAPPELLETTI, Mauro. *O Controle Judicial de Constitucionalidade das Leis no Direito Comparado*. Sérgio Antonio Fabris Editor. Porto Alegre. 1984.

DOS SINDICATOS AO GOVERNO: A ORGANIZAÇÃO NACIONAL DO PT DE 1980 A 2005

From labor unions to government: the national organization of the Workers Party (PT) from 1980 to 2005

Moritz Lohe

Freie Universität Berlin – FU Berlin

✉ moritzlohe@googlemail.com

“Dos sindicatos ao governo: a organização nacional do PT de 1980 a 2005”, livro de Pedro Floriano Ribeiro publicado em 2010, mostra a evolução do Partido dos Trabalhadores desde a sua fundação até a conquista do primeiro mandato presidencial e os primeiros três anos do governo Lula.

Com este trabalho, Ribeiro possibilita uma visão geral sobre a organização interna do PT no que diz respeito às coalizões dominantes dentro do partido e às principais motivações e estratégias dos vários grupos em relação aos conflitos entre eles no estabelecimento de políticas públicas no interior da instituição.

Além disso, o autor procurou testar a relevância dos pressupostos centrais do modelo de partidos cartéis, desenvolvido por Richard Katz e Peter Mair, o qual possui ampla importância para as Ciências Políticas Comparativas na área dos partidos.

O modelo de partidos cartéis é subdividido em três dimensões analíticas. Na dimensão funcional, o principal pressuposto é o de que os partidos se tornam mais dependentes dos recursos públicos e, dessa forma, se afastam da sociedade civil e se aproximam do Estado. Por conseguinte, de acordo com o Katz e Mair, na dimensão organizacional, a influência dos detentores de cargos públicos sobre as direções políticas dos partidos cresce e fortalece em detrimento das bases filiadas aos partidos. Isso, na dimensão competitiva, desencadeia uma cooperação

entre os partidos, para segurar a sua posição privilegiada no sistema político e sustentar as rendas partidárias mais importantes.

Dessa forma, os autores denominam-lhes partidos cartéis, pois consideram que os partidos estabelecidos formam um cartel para impossibilitar outros novos de ascender cargos no Estado. Para Ribeiro, as duas primeiras dimensões são mais importantes, já que ele apenas realizou uma pesquisa sobre o PT e, para justificar os pressupostos de Katz e Mair na terceira dimensão, ele deveria pesquisar todos os principais partidos do sistema partidário no Brasil.

A respeito da dimensão funcional, Ribeiro analisou se houve um afastamento do PT da sociedade civil e uma aproximação com o Estado, no que diz respeito aos canais e ao fluxo de comunicação partidária com os filiados, o eleitorado e os recursos financeiros do partido. Na área de comunicação, ele apontou que as tentativas do PT de estabelecer veículos de comunicação, predominantemente os jornais, falharam, tornando a propaganda através do horário eleitoral gratuito o principal veículo de comunicação do partido.

Sobre os recursos financeiros do PT, Ribeiro revelou que, desde 1996, o fundo partidário é a fonte mais importante para financiar as atividades do partido, o que acarretou em uma relativização profunda das contribuições financeiras dos filiados. O autor do livro também destacou que, desde 2000, as doações das grandes empresas são quase tão importantes para a fonte financeira do PT como o fundo partidário nos anos de eleições. Como os custos da propaganda do horário eleitoral gratuito são arcados pelo Estado e pelos recursos financeiros recebidos pelo PT através do fundo partidário, de acordo com Ribeiro, uma aproximação do PT em relação ao Estado, através de uma dependência crescente de recursos públicos pode ser observada. A significativa contribuição das doações de grandes empresas para os recursos financeiros do Partido dos Trabalhadores também aponta para o fato de que o este torna-se mais um agente do Estado do que da sociedade civil.

Na dimensão organizacional, Ribeiro afirma que, através das mudanças institucionais dentro do PT, realizadas principalmente nos anos 90 e no início do século XXI, sobretudo com a instalação do Processo de Eleições Direitas (PED), o controle sobre os recursos e a organização do partido, especialmente sobre as comissões executivas, ficou mais concentrado nas mãos de um grupo, chamado Campo Majoritário.

Como o Campo Majoritário controla o PT, e os membros deste grupo representam a maioria dos detentores de cargos públicos, e, como o fundo

partidário e a propaganda através do horário eleitoral gratuito são os recursos mais importantes do partido, a pesquisa de Ribeiro pôde evidenciar o pressuposto de Katz e Mair, o qual demonstra que nos partidos cartéis, as políticas partidárias são determinadas pelos detentores de cargos públicos e os partidos ficam mais dependentes dos recursos financeiros de origem estatal.

RIBEIRO, P. F. *Dos sindicatos ao governo: a organização nacional do PT de 1980 a 2005*. São Carlos: EdUFSCar, 2010.

COLABORADORES DESTA EDIÇÃO

Alan Lacerda possui doutorado em Ciência Política pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ) e um estágio doutoral (sanduíche) na Duke University. Foi consultor político do IBEP entre 2003 e 2005, onde desenvolvia análises da conjuntura política nacional. Atualmente, é professor adjunto da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, onde coordena o curso de graduação em Gestão de Políticas Públicas. Suas áreas de interesse acadêmico incluem relações Executivo/Legislativo, Teoria Política, Partidos e Eleições, Governança Intermunicipal.

André Borges é professor da Universidade de Brasília. Possui pós-doutorado pela Universidade de Oxford, na Inglaterra. Suas principais áreas de atuação são: Estado e Políticas Públicas, Política Comparativa, Instituições Subnacionais e Federalismo.

Eduardo Meira Zauli é Doutor em Ciência Política pela Universidade de São Paulo. Atualmente, é professor do Departamento de Ciência Política da Universidade de Minas Gerais. Possui experiência na área de Ciência Política e Sociologia, atuando principalmente nos seguintes temas: Instituições Judiciais, Políticas Públicas, Políticas Sociais, Teoria Política e Política Brasileira.

Fernando Henrique Eduardo Guarnieri possui doutorado em Ciência Política pela Universidade de São Paulo. Atualmente, seu foco está no uso da computação em pesquisa nas Ciências Sociais, o que envolve análise de redes sociais, modelos baseados em agentes e dinâmica de redes.

Glauco Peres da Silva possui mestrado em Economia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e doutorado em Administração Pública e Governo pela Fundação Getulio Vargas, com o sanduíche no Massachusetts Institute of Technology (MIT). Atualmente, é coordenador de cursos de graduação de Economia e Relações Internacionais da Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado. Tem experiência na área de Economia, com ênfase em Economia Política, atuando principalmente nos seguintes temas: Orçamento Participativo, Regras Eleitorais e Comportamento Legislativo.

Heloísa Dias Bezerra possui doutorado e mestrado em Ciência Política pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ) e bacharelado em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). É professora adjunta de Ciência Política da Universidade Federal de Goiás (UFG), atuando na Faculdade de Ciências Sociais e no programa de pós-graduação em Sociologia. Coordena projetos de pesquisa financiados pelo CNPq e pela FAPEG e orienta em nível de graduação e pós-graduação.

Maurício Michel Rebello é Bacharel em Ciências Sociais, Mestre e doutorando em Ciência Política, todos pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Suas áreas de interesse são: Representação Política, Informação Política, Partidos Políticos, Eleições, Reforma Política (regras eleitorais e sua influência), Legitimidade do Regime Democrático e Modelos de Democracia.

Moritz Lohe é Mestre em Ciência Política pela Freie Universität Berlin (FUBERLIN), com período de estágio na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Sua dissertação tem como tema a evolução do Estado de Bem-Estar Social no Brasil. Possui estágio no Parlamento Alemão e na Fundação Konrad Adenauer, tendo trabalhado em Gana, onde aprofundou seus conhecimentos sobre a realidade sociopolítica dos países africanos. Suas principais áreas de interesse são a economia das nações em desenvolvimento e políticas sociais.

Paolo Ricci é professor do Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo. Possui graduação em Ciência Política pela Università degli Studi di Bologna. Tornou-se Mestre e Doutor em Ciência Política, ambos pela Universidade de São Paulo. Tem experiência na área de Ciência Política, com ênfase em Ciência Política Comparada, atuando principalmente nos seguintes temas: Processo Legislativo, Sistemas Eleitorais e História das Instituições Políticas.